#### COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A

## C.N.P.J. 01.256.678/0001-00

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2024

**Senhores Acionistas,**

Apresentamos os resultados financeiros e operacionais da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A ao final do exercício de 2024, oportunidade em que expressamos a nossa satisfação em ter finalizado um período com grandes conquistas. Em observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76, apresentamos à Assembleia de Acionistas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2024.

Sobre a vertente de negócios portuários, a movimentação acumulada de 2024 (19.652.376 t) do Terminal Portuário do Pecém foi 13,01% superior em relação ao mesmo período de 2023 (17.389.922 t). Os desembarques aumentaram 11,29% em relação a 2023 alcançando 12.175.324 toneladas, ao passo que os embarques tiveram um crescimento de 14,98%, atingindo 7.038.865 toneladas.

Em relação à natureza da carga, granel sólido foi a carga mais relevante na composição dos índices em toneladas, contribuindo com 8.857.737 toneladas (45,07%), seguido de carga conteinerizada com 7.011.690 toneladas (35,68%) e carga solta com 3.782.950 toneladas (19,25%).

A navegação de longo curso totalizou 8.080.325 toneladas, resultado 24% superior ao mesmo período de 2023. Nos desembarques de longo curso, os principais produtos movimentados foram combustíveis minerais (2.956.728 t); ferro fundido (656.589 t) e minérios (77.291 T). Em relação aos embarques de longo curso, os destaques foram verificados nas movimentações de ferro fundido (2.341.060 t); minérios (634.973 t); frutas (167.408 t); e sal (77.287 t). A navegação de cabotagem totalizou 11.572.051 toneladas, o que representou um aumento de 6% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Nos desembarques de cabotagem, os principais produtos movimentados foram minérios (4.619.046 t); cereais (505.449 t); combustíveis minerais (329.581 t); e plásticos e suas obras (231.572 t). Já os embarques de cabotagem ficaram por conta das movimentações de sal (675.778 t); ferro fundido (671.586 t); plástico e suas obras (210.142 t); e cereais (135.009 t).

A movimentação acumulada de contêineres registrou a marca de 555.413 TEU’s (319.741 unidades), crescimento de 15% em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2023. A cabotagem respondeu por 429.298 TEU’s, crescimento de 9% em relação ao mesmo período de 2023. No longo curso, o aumento foi de 44%, de 87.491 TEU’s em 2023 para 126.115 TEU’s em 2024. Em toneladas, a movimentação de cargas conteinerizadas apresentou um crescimento de 12% ante o ano de 2023, totalizando 7.011.690 toneladas.

Em relação ao desenvolvimento industrial, as novas áreas industriais reservadas ou cedidas pela CIPP em 2024 totalizaram 7,44 hectares, referente à: (1) assinatura do 1º aditivo ao pré-contrato com a empresa Refinaria de Petróleos do Pecém LTDA (Noxis) em fev/2024 para a ampliação da área de dutos e da casa de bombas; (2) assinatura do 3º aditivo ao pré-contrato com a empresa Supergasbras Energia LTDA em set/2024 para reserva da área de dutos; e (3) assinatura de pré-contrato com a empresa Terminais Marítimos do Brasil S/A (Dislub) em dez/2024 para reserva de área para operação temporária de petróleo. Também é importante ressaltar que a CIPP concluiu as negociações e assinou em nov/2024 o contrato definitivo com a Supergasbras Energia LTDA e a TGN - Terminal de Gás do Nordeste S.A para a instalação de um terminal de armazenamento, movimentação e distribuição de GLP, propano e butano na área de expansão portuária do Complexo do Pecém. Como resultado dos acordos firmados, o estoque de áreas reservadas (por meio de pré-contratos) ou cedidas (por meio de contratos definitivos) pela CIPP atingiu 99,67 hectares em 31/12/2024, o que representa um crescimento de 8,1% em relação ao estoque de áreas reservadas ou cedidas em 31/12/2023, que era de 92,23 hectares. Em termos de faturamento, a receita proveniente da reserva ou cessão de áreas industriais pela CIPP foi de R$ 3,29 milhões em 2024, o que representa um crescimento nominal de 53,8% em relação a 2023.

Com respeito à empresa investida, a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação – ZPE CEARÁ atingiu um Lucro Líquido de R$ 13.568.036,05 (treze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trinta e seis reais e cinco centavos) em 2024. Parte desse lucro teve elevada contribuição das receitas de reserva de área, uma vez que em 2024 foram firmados dois novos pré-contratos com empresas do hub de hidrogênio verde, a Voltalia Energia do Brasil LTDA (abr/2024) e a Fuella AS (out/2024), e um pré-contrato para o desenvolvimento dos estudos de viabilidade de um *data center* com a empresa CDV DC I S.A em dez/2024. Como resultado, o estoque de áreas reservadas no Setor II da ZPE Ceará atingiu 679,56 hectares em 31/12/2024, o que representa um crescimento de 15% em relação ao estoque de áreas reservadas em 31/12/2023, que era de 591,1 hectares. Por sua vez, as receitas de reserva de área no Setor II da ZPE totalizaram R$ 13,96 milhões em 2024, o que representa um crescimento nominal de 82,7% em relação a 2023.

A capacidade de geração de recursos próprios (EBITDA) consolidada da CIPP S/A foi de R$ 144.664.308,18 (cento e quarenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oito reais e dezoito centavos), sendo a quantia de R$124.618.295,72 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e dezoito mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos) alcançada exclusivamente pela CIPP e R$20.046.012,46 (vinte milhões, quarenta e seis mil, doze reais e quarenta e seis centavos) pela sua subsidiária integral ZPE CEARÁ . Tais recursos possibilitaram a realização de seus próprios investimentos e pagar suas despesas de custeio, permitindo, dessa forma, uma crescente desoneração do Estado em seus repasses para prover o desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

O crescimento da movimentação portuária em 2024, a gestão dos custos e despesas da Companhia, o aumento das cessões de uso de área industrial e a manutenção da concessão de benefício fiscal de modernização junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, proporcionaram a CIPP S/A encerrar o exercício com um Lucro Líquido consolidado de R$98.567.134,51 (noventa e oito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos), no qual já está contemplado a receita de equivalência patrimonial.

Por fim, queremos agradecer o empenho e a entrega de todo o nosso time e parceiros, que trabalham para prestar sempre um serviço de excelência. Estejam certos de que estamos fazendo os investimentos necessários e que continuaremos trabalhando arduamente para satisfazer nossos clientes e demais interessados buscando o desenvolvimento do Estado e a geração de valor aos acionistas.

**Maximiliano César Pedrosa Quintino de Medeiros**

**Diretor Presidente**

**Rebeca do Carmo Oliveira**

**Vice-Presidente Financeira**

**Fábio Xavier Grandchamp**

**Vice-Presidente de Operações**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

**O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A,** neste ato representado pelo seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, declara que examinou o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando o Relatório da Auditoria Externa elaborado pela auditoria independente BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA sem ressalvas, considerando as informações e esclarecimentos recebidos das áreas técnicas no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e as atividades desenvolvidas da CIPP S/A no citado exercício, estando em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza- CE, 10 de abril de 2025.

**José Nelson Martins de Sousa**

**Presidente do Conselho**

**Luisa Cela de Arruda Coelho**

**Conselheira**

**Maria Lucimar Rocha Bento Ferreira**

**Conselheira**

**Willen Maarten Riemens**

**Conselheiro**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos

Acionistas e Administradores da

**Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.**

São Gonçalo do Amarante - CE

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

**Prorrogação do Termo de Cessão dos ativos do Porto**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, onde a Companhia informa que foi prorrogado o prazo de vigência do Termo de Cessão de uso dos ativos do Complexo Industrial do Pecém de 25 para 40 anos. Como resultado, os valores de amortização linear desses ativos foram reajustados de forma prospectiva a partir desta data. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* + - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
		- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia**;**
		- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
		- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia**.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
		- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
		- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2025.

|  |
| --- |
|  |
| **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.****CRC 2 CE 001465/F-4** |
|  |
| **João Paulo Dias Neves** |
| **Contador CRC 1 BA 027946/O-6 – S - CE** |











**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/AA (“Companhia” ou “CIPP”) teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade” e ao eixo “Ceará de Oportunidades”, ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2020-2024. No tocante ao Ceará 2050, no que tange ao "Programa Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém", em relação às iniciativas: “Qualificação Tecnológica do Terminal Portuário do Pecém” e “Expansão da atração de investimento para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a Zona de Processamento de Exportações”. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável.

A CIPP S/A é responsável pela gestão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) que possui: uma Área Industrial detentora de infraestrutura qualificada para receber a instalação de empresas com intuito de viabilizar a operação e atividades industriais e portuárias integradas, possibilitando o crescimento econômico e social da região e do Estado; uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) viabilizando a instalação de grandes empresas voltadas para exportação e permitindo benefícios tributários e fiscais; e um Terminal Portuário offshore com atualmente 10 berços disponíveis para operação de contêineres, carga soltas em geral (inclusive pás eólicas de até 84m de comprimento), graneis líquidos e sólidos.

A CIPP S/A tem como missão atrair negócios provendo infraestrutura, serviços portuários, área industrial e de ZPE, gerando desenvolvimento sustentável. A visão da CIPP S/A é tornar-se um protagonista logístico mundial no processo de transição energética até 2028.

Entre os objetivos da instituição elencados no Estatuto Social da CIPP S/A destacam-se:

* Administrar, operar, explorar e desenvolver o Terminal Portuário do Pecém, a zona industrial adjacente, e a zona de processamento de Exportação do Ceará, que conjuntamente compõem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
* Arrendar, alienar ou ceder imóveis e equipamentos de apoio, observada a legislação pertinente, no que seja necessário para as atividades do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
* Promover medidas de coordenação e da assistência administrativa e técnica às empresas instituídas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
* Promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
* Oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará;
* Construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalações portuárias e destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal, localizadas no Estado do Ceará, bem como a prestação de serviços correlatos; e
* Executar outras atividades afins, observada a legislação pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado.

O Terminal Portuário do Pecém (TPP) possui dois píeres, cada um com dois berços, e um Terminal de Uso Múltiplo (TMUT), composto por seis berços. Os berços 1 e 2 localizados no píer 1 têm cada um comprimento de 350 m, dedicados à descarga de carga granel por meio de dois descarregadores contínuos e guindastes móveis do TPP. Os berços 3 e 4 estão localizados no píer 2, cada um tem um comprimento de 398 m, e são dedicados ao manuseio de cargas líquidas. O TMUT tem um cais de comprimento de 1.600 m dividido em 6 (seis) berços. Os berços 5 a 7 são dedicados ao manuseio geral de cargas, utilizando guindastes móveis do TPP. Os berços 8 a 10 são dedicados ao manuseio de contêineres, equipados com 3 (três) guindastes de contêineres super pós-Panamax que realizam até 65 movimentos por hora cada. O calado em todos os berços do TMUT é de 15,3 metros na maré baixa. Antecipando o aumento do volume de cargas movimentadas através do TPP, e mitigando o risco de se ter apenas um ponto de acesso ao Terminal Offshore, uma segunda ponte de acesso ao TMUT, com um comprimento de 1520m foi concluída em 2020 e está equipada com espaço para transportadores de correia, tubulação e utilitários. O armazenamento intermediário de carga para operações de navios no TMUT é 14,7 ha, enquanto a principal capacidade de armazenamento onshore é atualmente de 38,4 ha. Com a conclusão da expansão do pátio principal onshore, cuja obra foi concluída, ampliando a área total de armazenagem foi ampliada para 45 ha. O TPP possui mais de 1.250 tomadas de contêineres reefer (de refrigeração) e possui dois armazéns conectados, que somam uma área coberta total de 16.500 m2, incluindo câmaras frigoríficas para inspeções de carga.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2025.

1. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

* 1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

* 1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

* 1. Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **% de participação** |
|  | **2024** | **2023** |
| Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará | 100,00% | 100,00% |

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em sua controlada e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

* 1. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados, usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”) e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

* 1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, por exemplo, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

* 1. Instrumentos financeiros

**Classificação – ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

**Redução ao valor recuperável *(impairment)* - ativos financeiros e ativos contratuais:**

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

* 1. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária.

* 1. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo composto substancialmente de itens de almoxarifado, utilizados no consumo tanto na operação quanto na administração da Companhia.

* 1. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

* 1. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são integralmente consolidadas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

* 1. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo

imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Somente os bens no qual a Companhia possui o controle são classificados como Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados ao contrato de cessão serão classificados como intangível.

* 1. Ativos intangíveis

**Direto de uso**

Em 05 de junho de 2001 a União por intermédio do Ministério dos Transporte celebrou juntamente com o Governo do Estado Ceará com a interveniência da Companhia, contrato de adesão no qual autoriza a Companhia a exploração do terminal de uso privativo (TUP) situado no distrito do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante – CE.

Em 2018, foi celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Companhia termo de cessão de direito de uso de bens, que tem como objeto a cessão, para a Companhia, dos ativos (terrenos, edificações, benfeitorias etc.) que são de propriedade do Estado e fazem parte do Complexo Portuário do Pecém.

Apesar da Companhia não se caracterizar juridicamente como uma concessionária de serviços públicos, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura utilizada para prestar um serviço de utilidade pública, o qual é regulamentado pela Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), tendo autonomia para intervir em políticas de preços e tarifas e em outros aspectos operacionais do Porto.

Adicionalmente é válido mencionar que a Companhia não detém a propriedade efetiva dos ativos cedidos, portanto, ao término do contrato de cessão tais ativos são devolvidos ao Estado do Ceará.

Considerando a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que estabelece que outras modalidades de contratos, similares a contratos de concessão, também estão inclusas no escopo do ICPC 01 (R1), a Companhia possui como política contábil apresentar o direito de uso de tais ativos como intangível, sendo esses amortizados pelo prazo do contrato de cessão de direito de uso.

**Softwares**

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

* É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
* A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
* O software pode ser vendido ou usado;
* Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
* Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
* O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem aqueles ocorridos em razão de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

* 1. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação da necessidade de registro de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo deduzidos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

* 1. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

* 1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor seja estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

* 1. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

* 1. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

* 1. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

* 1. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

* 1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

**(a) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

* 1. Mudanças nas práticas e políticas contábeis e divulgações

As práticas e políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 são as mesmas aplicadas nas demonstrações da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1. **Instrumentos financeiros**
	1. **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

**(a) Risco de mercado (taxa de juros)**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (incidente apenas em suas aplicações financeiras, pois a Companhia e sua controlada não possuem empréstimos e financiamentos).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente realiza investimentos atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desse indicador no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

* 1. **Gestão de capital**

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

1. **Estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

1. **Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)**

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) de contas a receber de clientes são constituídas com base no julgamento da Empresa sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber de clientes.

1. **Vida útil estimada dos ativos não circulantes**

A Empresa reconhece a depreciação de seus ativos não circulantes de acordo com a vida útil econômica estimada, com base nas práticas de mercado e experiência prévia.

1. **Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

1. **Provisões para riscos processuais**

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Alta Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Caixa |  | 14 |  | - |  | 14 |  | - |
| Conta corrente |  | 3.449 |  | 40 |  | 5.279 |  | 82 |
| Aplicações financeiras |  | 99.036 |  | 121.272 |  | 112.495 |  | 130.953 |
|  |  | **102.499** |  | **121.312** |  | **117.788** |  | **131.035** |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado, principalmente, à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

1. **Títulos e valores mobiliários**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Escrow Account (i) |  | - |  | 182 |  | - |  | 182 |
| Aplicações diversas (ii) |  | 275.551 |  | 194.889 |  | 275.551 |  | 194.889 |
|  |  | **135.648** |  | **195.071** |  | **291.509** |  | **195.071** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Circulante |  | 275.551 |  | 108.871 |  | 275.551 |  | 108.871 |
| Não circulante |  | - |  | 86.200 |  | - |  | 86.200 |

1. O saldo de *Escrow Account* refere-se a valor mantido em aplicação financeira oriundo da retenção de valores do acionista Estado do Ceará para garantir o pagamento das contingências passivas conhecidas até 2018. O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do “CDI” com resgate programado para 2024;
2. Refere-se à Letra Financeiras, objetivando rentabilidade mais atrativa em razão do prazo previsto para o exercício de 2024 e 2025, e da impossibilidade de resgate antecipado, sendo a intenção da Administração fazer uso desses recursos somente após o prazo de resgate mencionado anteriormente, ou seja, recursos que são parte da atividade de investimento e não “gerenciamento de caixa”.
3. **Contas a receber**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Mercado interno |  | 17.033 |  | 15.511 |  | 22.488 |  | 18.743 |
| Créditos a faturar |  | 10.256 |  | 11.888 |  | 10.256 |  | 11.888 |
| (-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa | (985) |  | (170) |  | (985) |  | (170) |
|  |  | **26.304** |  | **27.229** |  | **31.759** |  | **30.461** |

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **Controladora** |   | **Consolidado** |
| ***Aging list*** | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Títulos a vencer | 12.447 |  | 14.195 |  | 16.079 |  | 17.357 |
| Até 30 dias | 2.726 |  | 663 |  | 3.027 |  | 688 |
| De 31 a 60 dias | 298 |  | 128 |  | 550 |  | 149 |
| Há mais de 60 dias | 1.562 |  | 525 |  | 2.832 |  | 549 |
|   | **17.033** |  | **15.511** |  | **22.488** |  | **18.743** |

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa após análise individualizada dos clientes.

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Controladora/consolidado** |
| **Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023** | **(170)** |
|  |  |
| Adições | (7.597) |
| Reversões | 6.411 |
| Baixas | 371 |
|   |  |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2024** | **(985)** |

1. **Impostos a recuperar**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL |  | 3.795 |  | 8 |  | 3.795 |  | 8 |
| IRRF a recuperar |  | 5.862 |  | 5.510 |  | 5.862 |  | 5.564 |
| Demais tributos a recuperar |  | 432 |  | 575 |  | 1.401 |  | 617 |
|  |  | **10.089** |  | **6.093** |  | **11.058** |  | **6.189** |

1. **Investimentos**

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **ZPE** |  | **Mais valia - contratos com clientes** |  | **Goodwill** |  | **Mais valia - software** |  | **Investimentos mantidos ao custo (i)** |  | **Total** |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2022** | **18.627** |  | **16.101** |  | **54.316** |  | **29** |  | **23** |  | **89.096** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9.359 |  | - |  | - |  | - |  | - |  | **9.359** |
| Baixa de investimentos | - |  | - |  | - |  | - |  | (13) |  | **(13)** |
| Amortização da mais valia | - |  | (1.522) |  | - |  | (29) |  | - |  | **(1.551)** |
| Distribuição de dividendos | **(2.340)** |  | **-** |  | **-** |  | **-** |  | **-** |  | **(2.340)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2023** | **25.644** |  | **14.579** |  | **54.316** |  | **-** |  | **10** |  | **94.551** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Resultado de equivalência patrimonial | 13.568 |  | - |  | - |  | - |  | - |  | 13.568 |
| Baixa de investimentos | - |  | - |  | - |  | - |  | - |  | - |
| Amortização da mais valia | - |  | (1.521) |  | - |  | - |  | - |  | (1.521) |
| Distribuição de dividendos | (3.392) |  | - |  | - |  | - |  | - |  | (3.392) |
|   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2024** | **35.820** |  | **13.058** |  | **54.316** |  | **-** |  | **10** |  | **103.206** |

1. Refere-se a investimento mantidos na empresa Têxtil Bezerra de Menezes – TBM. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém ao valor de custo.
2. **Imobilizado**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Móveis e utensílios |  | 2.330 |  | (1.594) |  | 736 |  | 714 |
| Máquinas, equip. e ferramentas |  | 73.101 |  | (7.171) |  | 65.930 |  | 2.998 |
| Veículos |  | 1.833 |  | (1.334) |  | 499 |  | 706 |
| Equipamentos de proc. dados |  | 15.787 |  | (9.371) |  | 6.416 |  | 3.446 |
| Embarcações |  | 223 |  | (87) |  | 136 |  | 157 |
| Equipamentos de comunicações |  | 908 |  | (818) |  | 90 |  | 151 |
| Outros bens imóveis |  | 1.315 |  | (184) |  | 1.131 |  | 1.257 |
| Veículos aéreos não tripulados |  | 80 |  | (24) |  | 56 |  | 47 |
| Equipamentos em construções |  | 556 |  | - |  | 556 |  | 66.412 |
| **Totais** |  | **96.133** |  | **(20.583)** |  | **75.550** |  | **75.888** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Consolidado** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Móveis e utensílios |  | 2.516 |  | (1.716) |  | 800 |  | 782 |
| Máquinas, equip. e ferramentas |  | 74.078 |  | (7.584) |  | 66.494 |  | 3.565 |
| Veículos |  | 2.108 |  | (1.609) |  | 499 |  | 706 |
| Equipamentos de proc dados |  | 19.985 |  | (10.616) |  | 9.369 |  | 5.183 |
| Embarcações |  | 223 |  | (87) |  | 136 |  | 157 |
| Equipamentos de comunicações |  | 908 |  | (818) |  | 90 |  | 151 |
| Outros bens imóveis |  | 1.315 |  | (183) |  | 1.132 |  | 1.257 |
| Veículos aéreos não tripulados |  | 80 |  | (24) |  | 56 |  | 47 |
| Equipamentos em construção |  | 556 |  | - |  | 556 |  | 66.412 |
| Benfeitorias |  | 15.928 |  | (565) |  | 15.363 |  | - |
| **Totais** |  | **117.697** |  | **(23.202)** |  | **94.495** |  | **78.260** |

**Movimentação do ativo imobilizado**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Controladora** |
| **Bens em Operação** | **2023** |  | **Aquisições** |  | **Baixas** |  | **Reclassificações** |  | **Depreciações** |  | **2024** |
| Móveis e utensílios | 714 |  | 61 |  | (6) |  | 118 |  | (151) |  | 736 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 2.998 |  | 760 |  | (26) |  | 66.229 |  | (4.031) |  | 65.930 |
| Veículos | 706 |  | - |  | - |  | - |  | (207) |  | 499 |
| Equipamentos de proc. dados | 3.446 |  | 4.252 |  | (13) |  | 253 |  | (1.522) |  | 6.416 |
| Embarcações | 157 |  | - |  | - |  | - |  | (21) |  | 136 |
| Equipamentos de comunicações | 151 |  | 19 |  | - |  | - |  | (80) |  | 90 |
| Outros bens imóveis | 1.257 |  | 2 |  | (9) |  |  |  | (119) |  | 1.131 |
| Veículos aéreos não tripulados | 47 |  | 16 |  | - |  | - |  | (7) |  | 56 |
| Equipamentos em construção | 66.412 |  | 4.102 |  | - |  | (69.958) |  | - |  | 556 |
|  | **75.888** |  | **9.212** |  | **(54)** |  | **(3.358)** |  | **(6.138)** |  | **75.550** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Consolidado** |
| **Bens em Operação** | **2023** |  | **Aquisições** |  | **Baixas** |  | **Reclassificação** |  | **Depreciações** |  | **2024** |
| Móveis e utensílios | 782 |  | 70 |  | (6) |  | 118 |  | (164) |  | 800 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 3.565 |  | 847 |  | (26) |  | 66.229 |  | (4.121) |  | 66.494 |
| Veículos | 706 |  | - |  | - |  | - |  | (207) |  | 499 |
| Equipamentos de proc. dados | 5.183 |  | 5.886 |  | (13) |  | 253 |  | (1.940) |  | 9.369 |
| Embarcações | 157 |  | - |  | - |  | - |  | (21) |  | 136 |
| Equipamentos de comunicações | 151 |  | 19 |  | - |  | - |  | (80) |  | 90 |
| Outros bens imóveis | 1.257 |  | 2 |  | (9) |  | - |  | (118) |  | 1.132 |
| Veículos aéreos não tripulados | 47 |  | 16 |  | - |  | - |  | (7) |  | 56 |
| Equipamentos em construção | 66.412 |  | 4.102 |  | - |  | (69.958) |  | - |  | 556 |
|  Benfeitorias  | - |  | 1.065 |  | - |  | 14.863 |  | (565) |  | 15.363 |
|  | **78.260** |  | **12.007** |  | **(54)** |  | **11.505** |  | **(7.223)** |  | **94.495** |

1. **Intangível**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Direito de uso (i) |  |  914.004  |  |  (205.686) |  |  708.319  |  |  707.796  |
| Software |  |  7.226  |  |  (6.768) |  |  458  |  |  1.744  |
| Construções em andamento |  |  80.832  |  |  -  |  |  80.832  |  |  70.386  |
|  |  |  **1.002.062**  |  |  **(212.454)** |  |  **789.609**  |  |  **779.926**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **Consolidado** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Direito de uso (i) |  |  914.004  |  |  (205.685) |  |  708.319  |  |  721.940  |
| Software |  |  16.615  |  |  (14.372) |  |  2.243  |  |  3.577  |
| Construções em andamento |  |  80.832  |  |  -  |  |  80.832  |  |  70.386  |
| Mais valia na aquisição da ZPE Ceará |  |  77.387  |  |  (10.012) |  |  67.376  |  |  68.897  |
|  |  |  **1.088.838**  |  |  **(230.069)** |  |  **858.770**  |  |  **864.800**  |

**Movimentação**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Controladora** |
|  | **2023** |  | **Aquisições** |  | **Baixas** |  | **Reclassificação** |  | **Amortizações** |  | **2024** |
| Direito de uso  | 707.796 |  | 1.520 |  | (34) |  | 31.694 |  | (32.657) |  | 708.319 |
| Software | 1.744 |  | 70 |  | (6) |  | - |  | (1.350) |  | 458 |
| Construções em andamento | 70.386 |  | 38.783 |  | (1) |  | (28.336) |  | - |  | 80.832 |
|  | **779.926** |  | **40.373** |  | **(41)** |  | **3.358** |  | **(34.007)** |  | **789.609** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Consolidado** |
|  | **Movimentação do ativo intangível** |
|  | **2023** |  | **Aquisições** |  | **Baixas** |  | **Reclassificação** |  | **Amortizações** |  | **2024** |
| Direito de uso | 721.940 |  | 2.269 |  | (34) |  | 16.831 |  | (32.687) |  | 708.319 |
| Software | 3.577 |  | 1.148 |  | (54) |  | - |  | (2.428) |  | 2.243 |
| Construções em andamento | 70.386 |  | 38.783 |  | (1) |  | (28.336) |  | - |  | 80.832 |
| Mais valia na aquisição da ZPE Ceará | 68.897 |  | - |  | - |  | - |  | (1.521) |  | 67.376 |
|  | **864.800** |  | **42.200** |  | **(89)** |  | **(11.505)** |  | **(36.636)** |  | **858.770** |

Em virtude das alterações trazidas pela Lei n° 18.589 o prazo do Termo de Cessão passou de 25 para 40 anos, prorrogáveis por igual período, desde que cumpridas as obrigações do Termo. Em virtude da prorrogação do prazo de autorização para operar o Porto, a Companhia revisou o período de amortização dos ativos imóveis vinculados ao Termo. Como resultado, os valores de amortização linear desses ativos da Concessão/autorização foram reajustados de forma prospectiva a partir dessa data.

A Companhia, suportada por laudo interno da equipe de Engenharia, revisou a vida útil de determinados equipamentos constantes no termo de cessão celebrado com o Estado do Ceará, que gerou um complemento de amortização no montante de R$ 6,4 milhões.

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

* 1. **Combinação de negócio - ZPE**

A Companhia, através de processo de inexigibilidade, devidamente homologado pelo parecer nº 05/2018 (processo nº 32673770/2018) emitido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará em 25 de julho de 2018, celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal objetivo promover atos de gestão necessários a implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Produtos para Exportação sediada no Estado do Ceará.

O processo de aquisição das supramencionadas ações seguiu as previsões legais afetas ao art. 26 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o proprietário dessas ações (vendedor) era o Estado do Ceará. Em razão do exposto a negociação se realizou pelo valor de mercado das ações.

1. **Fornecedores**

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, tendo prazo de pagamento médio inferior a 60 dias. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R$ 7.035 e
R$ 8.222, respectivamente na controladora e consolidado.

1. **Obrigações fiscais**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| IRPJ e CSLL a recolher |  | - |  | 1.208 |  | - |  | 1.903 |
| IRRF a recolher |  | 243 |  | 128 |  | 342 |  | 212 |
| ISS a recolher |  | 1.697 |  | 1.590 |  | 1.759 |  | 1.652 |
| PIS e COFINS a recolher |  | 2.856 |  | 2.657 |  | 3.049 |  | 2.754 |
| INSS retido de terceiros |  | 619 |  | 534 |  | 747 |  | 667 |
|  |  | **5.415** |  | **6.117** |  | **5.897** |  | **7.188** |

1. **Obrigações sociais e trabalhistas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| INSS a recolher |  | 768 |  | 617 |  | 859 |  | 695 |
| FGTS a recolher |  | 276 |  | 388 |  | 305 |  | 413 |
| Provisão para férias |  | 2.776 |  | 2.504 |  | 3.057 |  | 2.738 |
| INSS sobre provisão de férias |  | 825 |  | 669 |  | 900 |  | 731 |
| FGTS sobre provisão de férias |  | 222 |  | 200 |  | 245 |  | 219 |
| IRRF sobre folha |  | 918 |  | 775 |  | 918 |  | 775 |
| Outras obrigações sociais |  | 52 |  | 91 |  | 52 |  | 215 |
|  |  | **5.837** |  | **5.244** |  | **6.336** |  | **5.786** |

1. **Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Dividendos a pagar |  | 3.203 |  | 8.613 |  | 4.096 |  | 8.613 |
| JCP a pagar | 3.496 |  | 1.817 |  | 3.496 |  | 1.817 |
|  |  | **6.699** |  | **11.430** |  | **7.592** |  | **11.430** |

A companhia reconheceu juros sobre o capital próprio no montante de R$16.539 que foi atribuído ao dividendo mínimo obrigatório de 2024 restando a pagar R$3.203 totalizando os 25% do lucro líquido ajustado, perfazendo a parcela do mínimo obrigatório ser distribuído.

A seguir, a movimentação do saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2024** | **2023** |
| **Saldo inicial** | **11.430** | **21.522** |
|   |  |  |
| Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores | (11.430) | (21.522) |
| Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio | 19.742 | 22.822 |
| Pagamento de juros sobre o capital próprio a título de dividendos, antecipadamente | (13.043) | (11.392) |
|   |  |  |
| **Saldo final** | **6.699** | **11.430** |

**Segue o cálculo do dividendo mínimo obrigatórios:**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2024** |
| **Lucro líquido do exercício** | **103.451** |
|   |  |
| Constituição da reserva legal (5% sobre o lucro líquido do exercício) | (4.928) |
| Complemento de reserva legal de exercícios anteriores | (2.061) |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | (12.610) |
| Base de cálculo dos dividendos | 78.968 |
|   |  |
| **Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)** | **19.742** |

1. **Participações nos lucros**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Participação dos empregados |  | 11.369 |  | 11 |  | 13.381 |  | 11 |
| Participação dos administradores | 1.618 |  | 192 |  | 1.618 |  | 192 |
|  |  | **12.987** |  | **203** |  | **14.999** |  | **203** |

A seguir, a movimentação do saldo de participações no lucro a pagar:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| **Saldo inicial** |  | **203** |  | **16.348** |
|   |  |  |  |  |
| Pagamento de participações nos lucros de exercícios anteriores |  | (11) |  | (16.145) |
| Provisão de participação nos lucros |  | 12.795 |  | - |
|   |  |  |  |  |
| **Saldo final** |  | **12.987** |  | **203** |

Os fundamentos para pagamentos das participações nos lucros estão contidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que decorre da aplicação do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal e nos Princípios e Valores adotados pela CIPP S/A e ZPE/Ceará, para os empregados, observando-se o disposto na cláusula sexta do acordo coletivo de trabalho 2024 sobre PLR no que se refere a CIPP.  Fora incluso no acordo coletivo de trabalho de 2022 a cláusula sexta, a qual estendia a vigência deste até o exercício de 2023.

Contudo, em 2023, a Companhia considerou não existir acordo coletivo de trabalho vigente, tendo adentrado junto ao Tribunal Regional do Trabalho com processo de "tutela de evidência" (0001651-27.2023.5.07.0039) solicitando a declaração de nulidade da cláusula quinquagésima do acordo coletivo de trabalho 2022, visando a suspensão da vigência daquele acordo, com base no art.614, § 3º da CLT, respaldada em decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 323 e porque não se encerraram as negociações para implementação do acordo coletivo de trabalho 2023. Em 2024, a CIPP chegou a um acordo com seus funcionários e pagou 17,4 milhões a título de indenização.

Consta a pagar as participações dos administradores exonerados em 2022 totalizando 192 mil.

**Segue o cálculo da participação nos lucros dos colaboradores:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |
|  |  | **2024** |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** |  | **127.953** |
|   |  |  |
| Participação nos lucros (10%) |  | 12.795 |
|  |  |  |
| *Proporção com base nos salários* |  |  |
| Participação dos empregados |  |            11.368 |
| Participação dos administradores |  |              1.427 |

1. **Provisões para contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas com base na avaliação da alta administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas.

As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| **Descrição** | **2024** | **2023** | **2024** | **2023** |
| Contingências trabalhistas | 2.646 | 600 | 2.646 | 600 |
|  | **2.646** | **600** | **2.646** | **600** |

1. **Provisões para contingências**

Existem processos em andamento contra a Companhia e sua controlada, cuja estimativa mensurada pelos assessores jurídicos é de perda possível, estão resumidas a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| **Descrição** | **2024** | **2023** | **2024** | **2023** |
| Cível | 125 | 394 | 125 | 394 |
| Trabalhistas | - | - | - | 192 |
|  | **125** | **394** | **125** | **586** |

1. **Partes relacionadas**

**Honorários da administração**

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores totalizou em R$ 1.794 em 2024 (R$ 1.911 em 2023).

1. **Patrimônio líquido**
2. **Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Ações ON** | **Total** | **Participação**  |
| Estado do Ceará | 123.848.859 | 123.848.859 | 70,00% |
| Port of Pecém Participações BV | 53.078.083 | 53.078.083 | 30,00% |
|  | **176.926.942** | **176.926.942** | **100,00%** |

1. **Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

1. **Reserva de lucros**

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas.

1. **Reserva de incentivo fiscal**

A Companhia possui incentivo fiscal junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo incentivo fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia deixar de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

1. **Receita líquida de vendas**

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| **Receita de serviço** |  | **339.434** |  | **311.802** |  | **390.289** |  | **356.262** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Deduções da receita** |  |  |  |  |
| (-) COFINS sobre receita |  | (25.922) |  | (23.700) |  | (29.787) |  | (27.079) |
| (-) PIS sobre receita |  | (5.621) |  | (5.145) |  | (6.460) |  | (5.879) |
| (-) ISS sobre receita |  | (16.787) |  | (15.093) |  | (18.640) |  | (16.932) |
| (-) Cancelamento de serviços | - |  | (60) |  | - |  | (60) |
|  |  | **291.104** |  | **267.804** |  | **335.402** |  | **306.312** |

1. **Custos dos serviços prestados**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Energia elétrica custo |  | (17.274) |  | (19.862) |  | (17.785) |  | (20.370) |
| Custo com pessoal |  | (25.278) |  | (22.427) |  | (27.168) |  | (24.571) |
| Manutenção e conservação custo |  | (20.343) |  | (19.399) |  | (20.424) |  | (19.502) |
| Segurança |  | (12.975) |  | (9.147) |  | (15.714) |  | (11.832) |
| Depreciação e amortização custo |  | (39.841) |  | (38.920) |  | (39.789) |  | (38.920) |
| Mão de obra terceirizada |  | (14.919) |  | (13.263) |  | (21.459) |  | (19.859) |
| Outros custos |  | (7.150) |  | (7.408) |  | (9.465) |  | (9.761) |
|  |  | **(137.780)** |  | **(130.426)** |  | **(151.804)** |  | **(144.815)** |

1. **Despesas gerais e administrativas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| Despesa com pessoal |  | (37.670) |  | (17.589) |  | (40.383) |  | (20.692) |
| Mão de obra terceirizada |  | (14.535) |  | (13.307) |  | (17.745) |  | (13.307) |
| Depreciação e amortização |  | (1.875) |  | (2.230) |  | (4.068) |  | (3.998) |
| Honorário da Administração |  | (1.945) |  | (1.911) |  | (2.798) |  | (2.675) |
| Locação de veículos e transportes |  | (2.533) |  | (2.158) |  | (3.186) |  | (2.694) |
| Assessorias e consultorias |  | (1.423) |  | (1.551) |  | (1.561) |  | (1.682) |
| Combustíveis e lubrificantes |  | (646) |  | (582) |  | (701) |  | (692) |
| Serviços de tecnologia |  | (4.249) |  | (3.518) |  | (5.460) |  | (4.458) |
| Manutenção e conservação |  | (798) |  | (1.025) |  | (1.296) |  | (1.280) |
| Despesas tributárias |  | (3.612) |  | (3.586) |  | (3.676) |  | (3.650) |
| PECLD |  | (1.186) |  | 44 |  | (1.186) |  | 44 |
| Outras despesas gerais |  | (3.753) |  | (2.996) |  | (4.687) |  | (6.951) |
|  |  | **(74.225)** |  | **(50.409)** |  | **(86.747)** |  | **(62.035)** |

1. **Resultado financeiro**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| **Receitas financeiras** |  |   |  |  |  |  |  |  |
| Rendimentos de aplicações financeiras |  | 39.699 |  | 36.827 |  | 40.933 |  | 37.642 |
| Descontos obtidos |  | 75 |  | 119 |  | 82 |  | 133 |
| Juros ativos |  | 445 |  | 307 |  | 461 |  | 652 |
| Outras receitas financeiras |  | 299 |  | 1.311 |  | 299 |  | 1.311 |
|  |  | **40.518** |  | **38.564** |  | **41.775** |  | **39.738** |
| **Despesas financeiras** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Descontos concedidos |  | (2.868) |  | (887) |  | (2.885) |  | (912) |
| Juros e multas |  | (24) |  | (131) |  | (24) |  | (131) |
| Despesas bancárias |  | (167) |  | (141) |  | (173) |  | (151) |
| Outras despesas financeiras |  | - |  | - |  | - |  | (1) |
|  |  | **(3.059)** |  | **(1.159)** |  | **(3.082)** |  | **(1.195)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** |  | **37.459** |  | **37.405** |  | **38.693** |  | **38.543** |

1. **Impostos sobre a renda**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |  | **2024** |  | **2023** |
| **Impostos correntes** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| (-) Imposto de renda  |  | (23.304) |  | (26.801) |  | (26.209) |  | (30.027) |
| (+) Incentivo Fiscal - SUDENE |  | 13.680 |  | 16.171 |  | 13.680 |  | 16.171 |
| (-) Contribuição social sobre o lucro líquido | (8.703) |  | (9.977) |  | (10.339) |  | (11.056) |
|  |  | **(18.327)** |  | **(20.607)** |  | **(22.868)** |  | **(24.912)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Impostos diferidos** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| (+) Imposto de renda diferido |  | 599 |  | 57 |  | 599 |  | 57 |
| (+) CSLL diferida |  215  |  | 21 |  | 215 |  | 21 |
|  |  | **814** |  | **78** |  | **814** |  | **78** |

1. **Eventos subsequentes**

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do período revisado e a data de aprovação da emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Gerson Cesar Brasil

Contador – CRC/PE nº 007957/O-4